

11 JUL 1989

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PARX)



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO
(1927 - 1969)

Eufórico, o presidente não vê onde está o perigo.

Muito provavelmente possuído pela euforia natural que se apossa das pessoas diante da perspectiva de um bom período de descanso ou de uma boa viagem turística, o presidente José Sarney, na sua última **Conversa ao pé do rádio**, levada ao ar na sexta-feira passada, deu mais uma demonstração de que ele e seus assessores ainda não tomaram consciência do real alcance da crise econômica e social que o Brasil atravessa, não têm a mínima noção do que gera esta crise e sequer imaginam quais as suas dramáticas conseqüências. Inconsciência, aliás, que já havia ficado evidente quando o Palácio do Planalto decidiu patrocinar um convescote para 150 funcionários públicos e amigos do poder assistirem em Paris às comemorações dos 200 anos da Revolução Francesa.

O presidente acredita que não há motivo para pessimismo ou desconfiança, mesmo num país em que a inflação de um mês chegou a 25% e ninguém, com um mínimo de bom senso, pode prever qual será a próxima, a não ser que será maior do que a anterior. E, para justificar sua calma, ele lembra que os aviões que saem do Brasil nessa época de férias estão todos lotados e que o comércio continua faturando bem. Realmente, os aviões estão saindo cheios, inclusive o DC-10 fretado especialmente para atender os participantes do **tour** oficial em Paris.

Contudo, aviões lotados não significam, necessariamente, uma economia saudável e um país de pessoas satisfeitas e ganhando bem. Em primeiro lugar, no caso brasileiro, devemos ver que é muito pequena a oferta de lugares nos vôos para o Exterior. Depois, que essa ânsia de viajar e comprar é um sinal de que o cruzado novo, de tão desvalorizado, está queimando nas mãos das pessoas.

O mais assustador nesta visão distorcida do presidente, contrariando a opinião unânime dos economistas brasileiros, sejam eles de esquerda, de direita ou de centro, é que ele não considera que a inflação alta que está aí seja de responsabilidade do setor público, com seus gastos astronômicos e, em boa parte, maldirecionados e supérfluos. Para o presidente a culpa é dos adversários do governo que querem espalhar o pânico e dos "especuladores em busca de ganho fácil" que, para justificar "o roubo que se faz com esse procedimento no bolso do povo", dizem que a responsabilidade é totalmente do governo.

Em defesa de sua tese de que o governo está isento de culpa pelo desarranjo da economia, o presidente mostra que cumpriu a sua parte, controlando as contas públicas: no primeiro semestre o Tesouro Nacional fechou seu caixa com um buraco NCz\$ 400 milhões menor do que o previsto na lei, "contas 30% mais baixas do que 1988".

A análise — como a euforia — é, no mínimo, precipitada. Os números se referem a um controle de caixa, mas as contas globais do setor público são uma coisa muito mais ampla. Lembramos apenas, à guisa de exemplo, que a Petrobrás vem acumulando prejuízos mensais, segundo seu presidente, de cem milhões de dólares e para cobrir os buracos a curto prazo está atrasando o pagamento de seus fornecedores e empreiteiros e até o do salário de seus empregados. A Companhia Siderúrgica Nacional, que tem uma dívida consolidada de 2,5 bilhões de dólares, precisa urgentemente de algo em torno de 700 a 800 milhões de dólares para evitar que o estado de "falência técnica" em que se encontra não vire uma falência de fato. É evidente que não dá para ficar atrasando pagamentos indefinidamente...

Mesmo sem considerar problemas como os dois acima citados, esse controle de contas pelo caixa, que tanta alegria está causando, não corresponde perfeitamente à real situação dos cofres oficiais. O governo, é bom lembrar, transferiu do final de um mês para o dia 10 do mês seguinte a data de pagamento do funcionalismo. O que significou, na prática, que um mês de folha salarial sumiu do balanço do Tesouro. Se isso não tivesse acontecido, o déficit de caixa no primeiro semestre teria sido pelo menos NCz\$ 700 milhões maior do que o estabelecido pelas normas criadas pelo próprio presidente.

Aliás, é no território da burocracia que se revela todo o descontrole do governo, a distância que vai entre os discursos eufóricos e as promessas de austeridade e o que se passa no mundo sem fantasia. Na semana passada, os resultados de uma auditoria na administração pública federal, promovida pelo Tribunal de Contas da União, mostraram que as tais promessas, consubstanciadas em decretos presidenciais proibindo contratação de novos funcionários, são olímpicamente desobedecidas. Segundo o TCU, somente no ano passado 96 órgãos federais admitiram, irregularmente, 3.685 servidores. De acordo com um estudo do Banco Mundial, nos últimos dez anos (governos Figueiredo e Sarney), apenas na administração direta (o que exclui empresas estatais, autarquias, universidades) foram contratados 150 mil novos servidores. Os gastos com pessoal, verifica o Bird, vêm crescendo, ininterruptamente, desde 1985. De posse desses dados, o Banco Mundial destrói um velho mito existir na economia brasileira: não é verdade, na média, que o governo paga salários piores que o setor privado; a média salarial no setor público federal é simplesmente 50% maior do que no setor formal da economia.

É certo que o presidente Sarney não pode ser responsabilizado, sozinho, por isso. A classe política, nos partidos e no Congresso, que sempre usou a máquina estatal em suas jogadas eleitoreiras, tem tanta ou maior responsabilidade. O grave nessa **Conversa** do presidente não é a culpa, maior ou menor, mas o seu alheamento diante do perigo que ronda a economia brasileira.